



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0005020-07.2010.4.03.6109
RELATOR: Gab. 14 - DES. FED. MARCELO SARAIVA
APELANTE: LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, UNIÃO FEDERAL
Advogado do(a) APELANTE: RENATO FERRAZ TESIO - SP204352
APELADO: LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, UNIÃO FEDERAL
Advogado do(a) APELADO: RENATO FERRAZ TESIO - SP204352
OUTROS PARTICIPANTES:



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0005020-07.2010.4.03.6109
RELATOR: Gab. 14 - DES. FED. MARCELO SARAIVA
APELANTE: LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, UNIÃO FEDERAL
Advogado do(a) APELANTE: RENATO FERRAZ TESIO - SP204352
APELADO: LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, UNIÃO FEDERAL
Advogado do(a) APELADO: RENATO FERRAZ TESIO - SP204352
OUTROS PARTICIPANTES:

RELATÓRIO

Trata-se de apelações interpostas nos autos da ação ordinária ajuizada por LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, em face da UNIÃO FEDERAL, com vistas à condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais ao autor, fundamentada na conduta irregular do perito do juízo trabalhista que elaborou laudo pericial falso, favorecendo a empresa reclamada.

Relata o autor, que ingressou com reclamação trabalhista na extinta 1ª Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Piracicaba/SP, atualmente denominada 1ª Vara do Trabalho, contra sua empregadora à época, Indústria de

Papel Votorantim, pleiteando sua reintegração ao quadro funcional, haja vista sua demissão, enquanto portador de doença profissional em membros superiores L.E.R./DORT.

O magistrado trabalhista, nos autos da ação nº 02.519/96-4, dada à natureza do pedido, determinou a realização de perícia médica e, para tanto, nomeou o perito Dr. Wilson Carlos Silva Vieira.

Todavia, o laudo pericial restou comprovadamente falso, elaborado com o intuito de atender aos interesses da reclamada, como constatado em denúncia ofertada pelo Ministério Público Federal, que resultou, em 11.06.07 na condenação do perito judicial como incurso no crime de Falsa Perícia, devendo cumprir a pena de 1 (um) ano de reclusão em regime aberto e 12 (doze) dias de multa, nos termos do artigo 342, caput, do Código Penal, processo este que tramitou perante a 1ª Vara Federal de Piracicaba, autos nº 0001871-86.1999.4.03.6109, devidamente arquivado em 07/07/2017.

Aduz o autor, que a conduta do perito do juízo resultou na improcedência de sua ação trabalhista, causando transtornos de ordem moral, pois passou a ser rotulado como “mentiroso e aproveitador”, principalmente por funcionários da empresa empregadora, prejudicando seu bem estar e normalidade da vida.

A r. sentença julgou “(...) *parcialmente procedente o pedido, com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, condenando a União Federal a indenizar o autor no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, corrigido monetariamente de acordo com o preceituado na Resolução nº 134 de 21.12.2010 do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal (...)*”.

Em suas razões de apelo, pretende a parte autora, em síntese, a majoração do valor arbitrado a título de danos morais, bem como a readequação dos critérios de incidência de juros de mora e correção monetária.

Em sede de apelação, a União Federal argui, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva e a falta de interesse de agir, aduzindo que por ocasião da improcedência do pedido, o autor não alegou falsidade na perícia, permitindo o trânsito em julgado da sentença. No mérito, sustenta que o Poder Judiciário não é responsável pelo conteúdo das provas ou perícias apresentadas pelos peritos judicialmente nomeados, bem como a ausência do nexo de causalidade e comprovação da ocorrência de abalo à boa fama do autor.

Com contrarrazões, subiram os autos a este E. Tribunal.

É o relatório.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0005020-07.2010.4.03.6109
RELATOR: Gab. 14 - DES. FED. MARCELO SARAIVA
APELANTE: LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, UNIÃO FEDERAL
Advogado do(a) APELANTE: RENATO FERRAZ TESIO - SP204352
APELADO: LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, UNIÃO FEDERAL
Advogado do(a) APELADO: RENATO FERRAZ TESIO - SP204352
OUTROS PARTICIPANTES:

VOTO

No caso concreto, trata-se de ação ajuizada por LINDOMAR REGINALDO DE LIMA, em face da UNIÃO FEDERAL objetivando o pagamento de indenização por danos morais.

Inicialmente não há que se falar em ilegitimidade passiva da União eis que o pedido de reparação de danos, formulado pelo autor, tem fundamento do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que trata da responsabilidade objetiva do Estado, *in verbis*:

“Art. 37. (...)

(...)

§ 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável no caso de dolo ou culpa (...).”

Ademais, a legitimidade da União para figurar no polo passivo da ação, se evidencia em decorrência da natureza federal da função jurisdicional exercida pela autoridade judiciária trabalhista, da qual decorre o evento danoso.

Também não merece prosperar a preliminar de falta de interesse de agir, vez que a ocorrência de prejuízo hábil a ensejar a indenização por danos morais, consubstanciado na elaboração de laudo pericial falso, exige provimento jurisdicional para resolução da lide.

Superadas às preliminares, passo à análise do mérito.

São elementos da responsabilidade civil a ação ou omissão do agente, a culpa, o nexo causal e o dano, do qual surge o dever de indenizar.

Trata-se do postulado de responsabilidade civil objetiva do Estado, que prescinde da prova de dolo ou culpa do agente público, a qual fica restrita à hipótese de direito de regresso contra o responsável (responsabilidade civil subjetiva dos agentes), não abordada nestes autos.

O aspecto característico da responsabilidade objetiva reside na desnecessidade de comprovação, por quem se apresente como lesado, da existência da culpa do agente ou do serviço.

Assim, para que o ente público responda objetivamente, suficiente que se comprovem a conduta da Administração, o resultado danoso e o nexo causal entre ambos, porém com possibilidade de exclusão da responsabilidade na hipótese de caso fortuito/força maior ou culpa exclusiva da vítima. Trata-se da adoção, pelo ordenamento jurídico brasileiro, da teoria do risco administrativo.

A propósito, colaciono aresto do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS. "CASO MALATHION". PRESCRIÇÃO. NEXO DE CAUSALIDADE. NORMAS TÉCNICAS DE SEGURANÇA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS NÃO EXCESSIVA OU IRRISÓRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Omissis

4. Na responsabilidade objetiva, como é óbvio, desnecessária a prova de dolo ou culpa na conduta do agente. Longa e minuciosa instrução probatória indica participação determinante de preposto da Funasa no evento danoso, com ampla fundamentação da sentença e do acórdão recorrido a respeito.

Omissis

11. Recurso Especial não conhecido.

(STJ, REsp 1236863/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª Turma, DJe 27/02/2012)

A Doutrina e a Jurisprudência não são unânimes quanto ao trato da natureza da responsabilidade do Estado em caso de omissão. Embora assente ser objetiva a responsabilidade estatal por ato comissivo, relevante divergência tem sido levantada quando se trata de ato omissivo, para a qual exigida a comprovação do nexo de causalidade e do dolo ou da culpa, elementos atrelados à responsabilidade subjetiva.

Conforme julgados abaixo colacionados, prevalece, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o entendimento de que o referido princípio constitucional se refere tanto à ação quanto à omissão.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS PÚBLICAS. ATO OMISSIVO DO PODER PÚBLICO: LATROCÍNIO PRATICADO POR APENADO FUGITIVO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA : CULPA PUBLICIZADA: FALTA DO SERVIÇO. C.F., art. 37, § 6º.

I - Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes, a negligência, a imperícia ou a imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço.

II - A falta do serviço - faute du service dos franceses - não dispensa o requisito da causalidade, vale dizer, do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao poder público e o dano causado a terceiro.

III - Latrocínio praticado por quadrilha da qual participava um apenado que fugira da prisão tempos antes: neste caso, não há falar em nexo de causalidade entre a fuga do apenado e o latrocínio. Precedentes do STF: RE 172.025/RJ, Ministro Ilmar Galvão, "D.J." de 19.12.96; RE 130.764/PR, Relator Ministro Moreira Alves, RTJ 143/270.

IV - RE conhecido e provido.

(STF, RE 369820/RS, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 27/02/2004).

Em suma, para se configurar a responsabilidade do Estado se faz necessário constatar o nexo causal entre o dano e o ato omissivo – mesmo que não individualizado, hipótese em que se verifica a “*faute du service*”.

No caso concreto, de rigor reconhecer que a falsidade do laudo técnico que fundamentou a sentença trabalhista, restou reconhecida nos autos da ação nº 0001871-86.1999.4.03.6109, que condenou, por crime de falsa perícia, o médico Wilson Carlos Silva Vieira que, na condição de auxiliar da justiça, deveria ter, por princípio, oferecer subsídios técnicos comprometidos com a verdade, indispensáveis à elucidação dos fatos e à formação do convencimento do juiz.

Com bem asseverado pelo juízo de piso, “(...) *suficientemente demonstrado que houve erro judiciário, equívoco, originado por conclusão decorrente de falsa perícia, não se cogitando, evidentemente, falar-se em responsabilidade pessoal do juiz, o que apenas se verifica em hipótese de dolo ou fraude e, ainda, quando, sem justo motivo, recusar, omitir ou retardar medidas que deve ordenar de ofício ou a requerimento da parte (...)*”.

De tudo quanto dito, é fato que as circunstâncias evidenciadas não se apresentam como mero incômodo, mas se revelaram significativas, de molde que o fato lesivo restou comprovado a ensejar indenização.

Quanto ao valor a ser arbitrado a título de dano moral, a fixação de montante em pecúnia é forma de se tentar minorar a contrariedade vivenciada, o qual deve ser compatível à extensão do dano causado, ao abalo psíquico suportado,

sem dar ensejo ao enriquecimento sem causa, bem como ostentar feição de reprimenda ao responsável pela ocorrência fática, para que em tal conduta não venha a reincidir, devendo ser de igual modo ponderada à situação econômica de ambas as partes.

Na hipótese, diante das circunstâncias constantes nos autos, o ressarcimento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra justo, considerando as circunstâncias já aventadas.

Todavia, no que concerne à incidência de juros de mora e correção monetária, merece acolhimento o pleito do autor.

Os juros moratórios devem incidir a partir do evento danoso, a teor da Súmula 54, do c. STJ, qual seja, 08.10.2007.

A correção monetária incide desde o efetivo prejuízo e deve ser calculada com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal.

O Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o artigo 5º, da Lei Federal nº 11.960/2009, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, quanto à atualização monetária.

Portanto, a regra do artigo 1º-F, da Lei Federal nº 9.494/97 que vinculava o índice oficial da caderneta de poupança ao critério de correção monetária, não mais tem eficácia.

Deve-se observar, quanto à aplicação dos índices de correção monetária e juros de mora, os recentes julgamentos do Pleno do Supremo Tribunal Federal (RE n.º 870.947) e da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em regime de repercussão geral (Resp n.º 1.495.146/MG).

Oportuno rememorar que, em relação ao dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca, conforme prevê a Súmula 326/STJ.

Ante o exposto, nego provimento à apelação da União Federal e dou parcial provimento ao apelo do autor, apenas para readequar os critérios de incidência dos juros de mora e correção monetária; mantendo, no mais, a r. sentença proferida no primeiro grau de jurisdição, nos termos da fundamentação.

É o voto.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Apelações interpostas pela União e por Lindomar Reginaldo de Lima contra sentença que, em sede de ação ordinária, julgou “(...) *parcialmente procedente o pedido, com resolução de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, condenando a União Federal a indenizar o autor no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais, corrigido monetariamente de acordo com o preceituado na Resolução nº 134 de 21.12.2010 do Conselho da justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal (...)*”

O Desembargador Federal relator decidiu negar provimento à apelação da União Federal e dou parcial provimento ao apelo do autor, apenas para readequar os critérios de incidência dos juros de mora e correção monetária; mantendo, no mais, a r. sentença proferida no primeiro grau de jurisdição, nos termos da fundamentação. Divirjo em parte.

Quanto aos danos morais, segundo doutrina e jurisprudência pátrias, a indenização por dano moral tem duplo conteúdo: de sanção e compensação. Na espécie, ficou provado o sofrimento do autor causado pela injustiça causada por decisão judicial desfavorável ao seu interesse baseada em perícia falsa realizada em favor de seu ex-empregador, parte adversa em processo trabalhista que moveu. É notório o desgaste emocional causado pelo evento, que evidentemente violou a dignidade do recorrente na sua condição de trabalhador empregado. Em virtude dos fatos demonstrados, a indenização por danos morais deve ser fixada no montante de R\$ 30.000,00 (cem mil reais), pois se mostra adequado, na medida em que atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade e cumpre os critérios mencionados.

Ante o exposto, dou provimento ao apelo do autor para majorar a indenização por danos morais para R\$ 30.000,00. No mais, acompanho o voto do relator.

DES. FED. ANDRÉ NABARRETE

E M E N T A

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. LAUDO PERICIAL FALSO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. APELO DO AUTOR. PARCIALMENTE PROVIDO. APELO DA UNIÃO. IMPROVIDO.

1. Inicialmente não há que se falar em ilegitimidade passiva da União eis que o pedido de reparação de danos, formulado pelo autor, tem fundamento do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que trata da responsabilidade objetiva do Estado.

2. Ademais, a legitimidade da União para figurar no polo passivo da ação, se evidencia em decorrência da natureza federal da função jurisdicional exercida pela autoridade judiciária trabalhista, da qual decorre o evento danoso.

3. Também não merece prosperar a preliminar de falta de interesse de agir, vez que a ocorrência de prejuízo hábil a ensejar a indenização por danos morais, consubstanciado na elaboração de laudo pericial falso, exige provimento jurisdicional para resolução da lide.

4. São elementos da responsabilidade civil a ação ou omissão do agente, a culpa, o nexo causal e o dano, do qual surge o dever de indenizar.

5. Trata-se do postulado de responsabilidade civil objetiva do Estado, que prescinde da prova de dolo ou culpa do agente público, a qual fica restrita à hipótese de direito de regresso contra o responsável (responsabilidade civil subjetiva dos agentes), não abordada nestes autos.

6. O aspecto característico da responsabilidade objetiva reside na desnecessidade de comprovação, por quem se apresente como lesado, da existência da culpa do agente ou do serviço.

7. Assim, para que o ente público responda objetivamente, suficiente que se comprovem a conduta da Administração, o resultado danoso e o nexo causal entre ambos, porém com possibilidade de exclusão da responsabilidade na hipótese de caso fortuito/força maior ou culpa exclusiva da vítima. Trata-se da adoção, pelo ordenamento jurídico brasileiro, da teoria do risco administrativo.

8. A Doutrina e a Jurisprudência não são unânimes quanto ao trato da natureza da responsabilidade do Estado em caso de omissão. Embora assente ser objetiva a responsabilidade estatal por ato comissivo, relevante divergência tem sido levantada quando se trata de ato omissivo, para a qual exigida a comprovação do nexo de causalidade e do dolo ou da culpa, elementos atrelados à responsabilidade subjetiva.

9. Em suma, para se configurar a responsabilidade do Estado se faz necessário constatar o nexo causal entre o dano e o ato omissivo – mesmo que não individualizado, hipótese em que se verifica a “*faute du service*”.

10. No caso concreto, de rigor reconhecer que a falsidade do laudo técnico que fundamentou a sentença trabalhista, restou reconhecida nos autos da ação nº 0001871-86.1999.4.03.6109, que condenou, por crime de falsa perícia, o médico Wilson Carlos Silva Vieira que, na condição de auxiliar da justiça, deveria ter, por princípio, oferecer subsídios técnicos comprometidos com a verdade, indispensáveis à elucidação dos fatos e à formação do convencimento do juiz.

11. Com bem asseverado pelo juízo de piso, “(...) *suficientemente demonstrado que houve erro judiciário, equívoco, originado por conclusão decorrente de falsa perícia, não se cogitando, evidentemente, falar-se em responsabilidade pessoal do juiz, o que apenas se verifica em hipótese de dolo ou fraude e, ainda, quando, sem justo motivo, recusar, omitir ou retardar medidas que deve ordenar de ofício ou a requerimento da parte (...)*”.

12. De tudo quanto dito, é fato que as circunstâncias evidenciadas não se apresentam como mero incômodo, mas se revelaram significativas, de molde que o fato lesivo restou comprovado a ensejar indenização.

13. Quanto ao valor a ser arbitrado a título de dano moral, a fixação de montante em pecúnia é forma de se tentar minorar a contrariedade vivenciada, o qual deve ser compatível à extensão do dano causado, ao abalo psíquico suportado, sem dar ensejo ao enriquecimento sem causa, bem como ostentar feitiço de reprimenda ao responsável pela ocorrência fática, para que em tal conduta não venha a reincidir, devendo ser de igual modo ponderada à situação econômica de ambas as partes.

14. Na hipótese, diante das circunstâncias constantes nos autos, o ressarcimento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se mostra justo, considerando as circunstâncias já aventadas.

15. Todavia, no que concerne à incidência de juros de mora e correção monetária, merece acolhimento o pleito do autor.

16. Os juros moratórios devem incidir a partir do evento danoso, a teor da Súmula 54, do c. STJ, qual seja, 08.10.2007.

17. A correção monetária incide desde o efetivo prejuízo e deve ser calculada com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal.

18. Deve-se observar, quanto à aplicação dos índices de correção monetária e juros de mora, os recentes julgamentos do Pleno do Supremo Tribunal Federal (RE n.º 870.947) e da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em regime de repercussão geral (Resp n.º 1.495.146/MG).

19. Oportuno rememorar que, em relação ao dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca, conforme prevê a Súmula 326/STJ.

20. Ante o exposto, nego provimento à apelação da União Federal e dou parcial provimento ao apelo do autor, apenas para readequar os critérios de incidência dos juros de mora e correção monetária; mantendo, no mais, a r. sentença proferida no primeiro grau de jurisdição, nos termos da fundamentação.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, na sequência do julgamento, após o voto da Des. Fed. MÔNICA NOBRE no mesmo sentido do Relator, foi proferida a seguinte decisão: a Quarta Turma, à unanimidade, decidiu negar provimento à apelação da União Federal, nos termos do voto do Des. Fed. MARCELO SARAIVA (Relator), com quem votaram o Des. Fed. ANDRÉ NABARRETE e a Des. Fed. MARLI FERREIRA. E, por maioria, decidiu dar parcial provimento ao apelo do autor, apenas para readequar os critérios de incidência dos juros de mora e correção monetária; mantida, no mais, a r. sentença proferida no primeiro grau de jurisdição, nos termos do voto do Des. Fed. MARCELO SARAIVA (Relator), com quem votaram a Des. Fed. MARLI FERREIRA e a Des. Fed. MÔNICA NOBRE. Vencidos os Des. Fed. ANDRÉ NABARRETE e o Des. Fed. SOUZA RIBEIRO, que davam provimento ao apelo do autor para majorar a indenização por danos morais para R\$ 30.000,00. No mais, acompanhou o voto do relator. Fará declaração de voto o Des. Fed. ANDRÉ NABARRETE. A Des. Fed. MÔNICA NOBRE votou nos termos do art. 942, §1º do CPC. O Des. Fed. SOUZA RIBEIRO votou nos termos dos arts. 53 e 260, §1.º do RITRF3, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: MARCELO MESQUITA SARAIVA

04/09/2020 13:33:33

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 141538921



2009041333335510000014022568

IMPRIMIR

GERAR PDF